



PARTIDO DOS TRABALHADORES
5º. CONGRESSO NACIONAL

CADERNO DE TESES

O 5º. CONGRESSO DO PT: MANIFESTO

Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015

O QUINTO CONGRESSO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

(Contribuição da Chapa o Partido que Muda o Brasil ao 5º Congresso Nacional do PT)

MANIFESTO

1. A etapa final do Quinto Congresso do Partido dos Trabalhadores se está desenvolvendo em circunstâncias políticas excepcionais, muito distintas daquelas que marcaram sua primeira fase, quando o PT organizava forças para disputar e vencer as eleições gerais de 2014.
2. Hoje, tendo triunfado naquele que foi o mais polarizado pleito presidencial da história republicana, o PT e seu Governo são alvos – em muitas frentes – de uma ofensiva sem precedentes que busca, como objetivo último, a destituição da Presidenta da República e a destruição do Partido dos Trabalhadores.
3. Os derrotados de outubro 2014 conseguiram mobilizar amplos setores da sociedade brasileira, que vão além dos eleitores de Aécio Neves. Enquanto isso, parte da maioria que elegeu Dilma Rousseff está perplexa e desmobilizada.
4. É fundamental compreender esse fenômeno, para poder revertê-lo.
5. Não basta identificar e denunciar a ofensiva conservadora em marcha.
6. O conservadorismo sempre esteve presente na sociedade brasileira. Na maioria das vezes, em privado, alguns segmentos nunca esconderam seu desprezo pelos pobres ou pelos nordestinos, nem ocultaram seu racismo, sexismo e homofobia.
7. O PT experimentou no curso de sua história os efeitos desse traço perverso de nossa sociedade. Basta lembrar que Lula e Dilma só conseguiram vencer suas eleições presidenciais no segundo turno.

8. Em anos mais recentes, a direita e a extrema direita, passaram a ganhar espaço nas redes sociais, com suas intervenções preconceituosas, violentas e grosseiras.
9. Em conjunturas de crise, sempre que o fantasma da mudança aparece no horizonte, como revela nossa história republicana, essa minoria silenciosa ganha as ruas e busca transformar-se em ruidosa maioria.
10. Hoje estamos diante da necessidade de entender como a grande mobilização que marcou o segundo turno das eleições presidenciais, e que garantiu a reeleição de Dilma Rousseff, pôde ser revertida em tão curto prazo.
11. Como doze anos de tão importante transformação social, econômica e política no país puderam ser desconsiderados em um espaço de tempo tão breve?
12. Esse problema não se explica apenas pelo atavismo conservador de parte da sociedade brasileira. Seu entendimento exige análise mais complexa, que envolva também o exame de responsabilidades que são nossas. Sem isso, será difícil sair dessa fase defensiva em que o Governo e o Partido se encontram e retomar a iniciativa política.
13. O Quinto Congresso não pode ser, como em outras ocasiões, apenas o momento de discussão acadêmica sobre grandes e necessários temas de natureza estratégica para o país e para o Partido. Ele deve privilegiar o momento atual.
14. O congresso não pode ser um ritual burocrático.
15. Ele precisa convocar petistas e não petistas para uma reflexão urgente sobre as dificuldades atuais que estamos atravessando e sobre como superá-las.
16. É chegado o momento para desencadear uma contraofensiva política e ideológica que nos permita retomar a iniciativa e, ao mesmo tempo, superar a crise de identidade que estamos atravessando. De não fazê-lo, estaremos comprometendo o mais consistente e generoso projeto de mudança da sociedade brasileira, cuja relevância transcendeu nossas fronteiras e ganhou a admiração e a simpatia do mundo, particularmente na América Latina.

17. Pós Comunista e Pós Socialdemocrata, quando essas duas vias de transformação social enfrentavam grave crise, há 35 anos, o PT apontou, já em seu nascimento, para a ideia de que uma mudança profunda – em um mundo hegemônico pelo neoliberalismo – era possível. A história não havia chegado a seu fim, como pretendiam alguns. Ela se pusera em movimento, aqui e em outras partes do mundo.
18. O Quinto Congresso não pode ser, pois, um evento convencional, mas a oportunidade de realizar um debate fundamental para o futuro do Brasil. É chegada a ocasião de saber se os últimos doze anos foram o ponto de partida de uma Grande Transformação de nosso país ou apenas um breve parêntese progressista em uma longa trajetória conservadora.
19. O Congresso deve ser também um momento de autorreflexão sobre a totalidade de nossa trajetória partidária, particularmente sobre o período em que estamos à frente do Governo da República e, mais particularmente ainda, sobre os tormentosos momentos que estamos atravessando desde o início do ano.
20. Assumir responsabilidades e corrigir rumos, com transparência e coragem, tem de ser o caminho a seguir agora e no futuro.
21. Desde fevereiro de 1980, o PT esteve profundamente ligado aos principais movimentos sociais do país. Eles estiveram presentes em sua fundação.
22. Foram esses movimentos que, em particular durante a ditadura, lutaram pela democracia, pela soberania nacional e, sobretudo, pelos direitos dos trabalhadores e dos despossuídos.
23. Sua radicalidade política e seu caráter plural e não-dogmático foram atraindo, no curso de duas décadas, novos segmentos sociais e se traduziram em sucessivos triunfos em eleições parlamentares, municipais e estaduais, até a vitória de 2002 que conduziu Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da Nação.

24. Lula assumiu o Governo em meio a uma difícil conjuntura, marcada pelo estancamento da produção, forte desemprego, desequilíbrio macroeconômico do país e pela desigualdade social.
25. Empossado, ele conduziu com prudência, mas com determinação, uma política econômica que teve como eixo o combate à pobreza e a busca da inclusão social.
26. Atacou a vulnerabilidade externa a que afligia o Brasil. Reservas cambiais de mais de 350 bilhões de US\$ protegeram a economia dos sucessivos ataques especulativos anteriores. O Brasil passou da condição de eterno devedor à de credor global. A tutela do FMI sobre nossa economia ficou como triste lembrança de um passado servil.
27. Esses movimentos no plano econômico, e os direitos sociais conquistados por amplas maiorias, foram acompanhados por uma política externa ativa e altiva que projetou nosso país internacionalmente.
28. O mundo, os países do Sul e as nações desenvolvidas, olharam com interesse e respeito o Brasil, por sua capacidade de realizar importantes mudanças em um clima de aprofundamento da democracia e de crescente defesa dos Direitos Humanos, como demonstram, entre outras iniciativas, a demarcação de terras indígenas, a valorização dos quilombolas, as ações afirmativas em relação aos negros, as políticas de gênero, aquelas referentes à juventude, às pessoas com deficiência e aos setores LGBT, a criação da Comissão Nacional da Verdade.
29. Protegidos pelo manto da liberdade de expressão do pensamento, que o Governo garantiu de forma absoluta, os meios tradicionais de comunicação constituíram-se em cabeça política das oposições – seu Comitê Central e setor de Agitação e Propaganda – como haviam feito em outras conjunturas de crise de nossa história.
30. Órgãos de comunicação que defenderam a intervenção militar, em 1964, que prosperaram durante os 20 anos de autoritarismo e resistiram até a última hora noticiar o movimento das Diretas-Já, transformaram-se em paladinos da democracia.

31. Enquanto isso, dezenas de milhões de homens e mulheres, que viviam à margem da produção, do consumo e da cidadania passaram a integrar de forma mais plena a sociedade brasileira. Os conservadores de sempre criticaram o Bolsa Família, carro-chefe dessa Grande Transformação, como **assistencialista**, quando não **populista**. Repetiam seu discurso de outras conjunturas – sobretudo em 1954 e em 1964 – quando projetadas reformas foram frustradas pela ação da direita.
32. Esses grupos apoiaram-se recorrentemente em segmentos das classes médias tradicionais, inconformados com as transferências de recursos do Estado para dezenas de milhões de homens e mulheres ou com a abertura das universidades públicas e privadas para milhões de jovens oriundos das camadas desfavorecidas da população, especialmente negros, índios e pobres. Indignaram-se ao ver “seus” aeroportos, aviões e shopping centers “invadidos pelo populacho”.
33. Importantes projetos habitacionais, a oferta de eletricidade para mais de 10 milhões de brasileiros e o apoio federal à melhoria das condições de vida em grandes e médias cidades também fizeram e fazem parte do esforço mudancista da última década.
34. O virtual pleno emprego alcançado e o aumento **real** do salário dos trabalhadores em mais de 70%, em 12 anos, além das políticas de transferência de renda via Estado, contribuíram para a criação de um grande mercado de bens de consumo de massas. Emergiram segmentos sociais – impropriamente chamados de “nova classe média” –, que passaram a usufruir de prerrogativas que, no passado somente as classes médias tradicionais possuíam.
35. Políticas ativas de Estado produziram um novo equilíbrio regional, beneficiando sobretudo o Nordeste brasileiro, onde se encontravam historicamente os maiores bolsões de pobreza.
36. Essa mudança sem precedentes ocorrida nas esferas econômica e social não foi, no entanto, acompanhada por idênticas transformações no plano político-institucional e no da cultura política.

37. Partido e Governo, de uma maneira geral, não foram capazes de **elaborar uma narrativa da experiência** em curso.
38. Aproveitando-se desse vazio deixado, as forças conservadoras foram aos poucos construindo seu discurso, negando ou desqualificando, frequentemente de forma preconceituosa, a transformação pela qual passava o país.
39. É importante recordar que uma das razões fundamentais da vitória de Dilma em 2014 foi a de ter podido reconstruir, ainda que em um breve espaço de tempo, a narrativa dos 12 anos do governo democrático e popular. Ao mesmo tempo, a campanha presidencial mostrou de forma inequívoca, sobretudo aos trabalhadores, **o que estava em jogo naquela eleição**.
40. O PT não chegou em 2003 “ao poder”, como afirmam seus opositores e puderam crer inclusive muitos de seus partidários. O PODER não é um LUGAR a que se chega, ou “se ocupa”, como ensinara erroneamente a velha tradição revolucionária.
41. Poder é, antes de tudo, a expressão de uma correlação mutante de forças sociais e políticas. Ele só se conquista com iniciativas políticas e se traduz na afirmação de novas ideias, novos valores e de uma nova cultura política.
42. Em uma sociedade democrática, onde o embate de posições e de projetos é fundamental, o exercício do Governo ocorre no marco de instituições legadas pelo passado. Os governantes têm de respeitar essas instituições, mas, ao mesmo tempo, buscar reformá-las dentro das normas democráticas, sempre e quando as aspirações da sociedade imponham a remoção de entraves burocráticos – incluindo o entulho classista – que dificulta a mudança.
43. Um dos grandes déficits de nossa presença no Governo foi não ter conseguido realizar uma **reforma política e do Estado** em sintonia com as transformações econômicas e sociais que estávamos realizando. O novo ficou aprisionado pelo velho.
44. O fenômeno da corrupção, que hoje está no centro do debate nacional – e que ocupou lugar importante em conjunturas críticas como as de 1954 (suicídio de Getúlio Vargas)

e de 1964 (deposição de João Goulart) – poderia ter sido equacionado de forma distinta caso tivéssemos (Governo, partidos e sociedade) enfrentado com mais abrangência e determinação a reforma política.

45. Ficamos prisioneiros do Presidencialismo de Coalizão, que marca a vida brasileira desde 1985, quando se iniciou a chamada Nova República. Nele, para ter o necessário apoio legislativo, o Executivo é compelido a construir uma base de sustentação partidária, que historicamente revelou-se muito mais sensível à concessão de favores e prebendas do que a acordos em torno de programas.
46. As múltiplas e importantes iniciativas de combate à corrupção adotadas nos Governos Lula e Dilma, permitiram que muitos crimes pudessem ser detectados, investigados e julgados. Outras investigações e julgamentos estão em curso. Tudo isso é muito distinto da leniência de outros governos em relação a episódios escandalosos, como o processo das privatizações de empresas estatais, licitações de grandes obras urbanas em estados da Federação ou as condições em que se deu a votação da emenda que permitiu a reeleição dos ocupantes de cargos executivos durante o Governo FHC.
47. A existência desses precedentes – e são muitos na história da República – não justifica a ninguém sucumbir a essas práticas, eticamente condenáveis e politicamente intoleráveis. O PT não pode cair nessa vala comum. As denúncias de corrupção – verdadeiras ou não – acabaram por golpear duramente a imagem do Partido. Não podemos diluir nossas próprias responsabilidades na geleia geral em que se transformou grande parte do mundo político brasileiro.
48. Práticas ilegais ou ilegítimas afrontam a legalidade republicana, ofendem ao povo brasileiro e minam a democracia do país e golpeiam nosso partido. Não é segredo para ninguém o enorme custo financeiro que passaram a ter as campanhas eleitorais no país, em todos os níveis, e como isso se reflete negativamente na efetiva expressão da vontade popular.
49. Assim como a luta pela democracia é um valor suficientemente importante para não ser deixado nas mãos de conservadores, sobretudo daqueles com marcada tradição golpista, a luta contra a corrupção não pode, tampouco, ser bandeira de setores que

dela se beneficiaram. Mais ainda daqueles que usaram esse combate para encobrir seus crimes e para arregimentar partes da cidadania contra governos reformadores e contra as próprias instituições.

50. É imprescindível que a continuada ação dos poderes da República e a própria vigilância do Partido cortem a corrupção na sua raiz, se necessário na própria carne. O PT necessita sair das páginas policiais do noticiário e ficar apenas naquelas dedicadas à política, onde tem muito a dizer.

51. A presença do PT no Governo se, por um lado, permitiu que um conjunto importante de reformas pudesse ser realizado, acarretou-lhe, por outro, uma série de problemas.

52. Perda de quadros para o Governo, com o correspondente esvaziamento das estruturas partidárias, em especial de suas direções. Mais grave ainda: muitos dos militantes no Governo deixaram de frequentar o partido, para explicar as políticas governamentais, mas também para ouvir o que direções e bases partidárias pensavam dessas políticas.

53. Fenômeno semelhante ocorreu em relação aos movimentos sociais. Tanto o Governo como o Partido se afastaram em demasia daqueles setores que estiveram na base de sua sustentação na sociedade.

54. Sabemos que Sociedade, Partido e Governo são entidades distintas, com suas especificidades e lógicas próprias. Mas, em uma perspectiva de esquerda, essas três instâncias devem ter uma interação – garantida a autonomia de cada uma delas – que permita um fluxo político permanente para construir uma governabilidade democrática.

55. Dentro da própria instância governamental, nos últimos anos, tendo em vista a aliança de esquerda/centro que a sustenta, é fundamental definir, permanentemente, o rumo das políticas a serem adotadas.

56. A tarefa do Partido dos Trabalhadores, como partido do(a) Presidente(a), e força majoritária da coalizão governamental, é dupla e complexa: **apoiar** o Governo e, ao

mesmo tempo, **empurrá-lo** para que cumpra o Programa sob o qual os governantes foram eleitos, mantendo a melhor sintonia possível com a maioria da sociedade.

57. Para tanto, o Partido tem de ser espaço de elevada elaboração. Como “intelectual coletivo”, caberia ao PT (mas também a outras organizações) buscar entender as transformações econômicas e sociais em curso, seus limites e seu potencial, para melhor implementá-las e fazê-las avançar.

58. Carecendo de uma reflexão mais fina – de média e longa duração – sobre as perspectivas do desenvolvimento econômico do país, em sua inter-relação com o mundo, ficamos limitados a decisões conjunturais, que correspondem mais à resolução de questões urgentes do que aquelas fundamentais.

59. Para reverter essas práticas o PT tem de credenciar-se mais intelectualmente, em diálogo com a sociedade brasileira, com seus intelectuais e, no mesmo movimento, revelar-se disposto a ouvir as vozes da rua, mesmo quando essas mensagens chegam de forma atabalhoada.

60. A capacidade de formulação e a sensibilidade em relação aos recados que a sociedade com certa frequência dá, ajudarão o Partido e o Governo a explicar (e, eventualmente, modificar), por exemplo, o “ajuste fiscal” recentemente proposto ao Congresso Nacional. De não fazê-lo, arriscamos transformar um recuo tático em virtude estratégica.

61. Não houve “estelionato eleitoral” por parte da Presidenta Dilma, como a oposição e “analistas” proclamam. (“Estelionato”, houve sim, em 1998, quando se prometeu e não se cumpriu: “o homem que acabou com a inflação, vai acabar com o desemprego.”)

62. A Presidenta Dilma não renunciou, nem renunciará a seus compromissos de campanha, que são compromissos de uma vida e de todos nós.

63. Faltou explicar, no entanto, e no momento adequado (talvez antes mesmo do 1º de janeiro), que não era mais possível continuar aplicando, da mesma forma, as políticas contra cíclicas adotadas no primeiro mandato, que nos permitiram garantir emprego e

renda dos trabalhadores em meio a uma conjuntura internacional desfavorável. Os problemas fiscais se agravavam e exigiam medidas corretivas.

64. É problema, porém, que a sociedade não tenha sido consultada sobre as medidas - apenas informada a posteriori - e que o peso do “ajuste” proposto tenha recaído mais sobre os trabalhadores do que sobre outros setores das classes dominantes. Essas práticas foram em grande parte responsáveis pelo mal-estar de muitos movimentos sociais que lutaram pela eleição de Dilma e que, hoje, se encontram perplexos e frustrados com as primeiras medidas do Governo.

65. Obviamente, a direita, cujo compromisso com os trabalhadores bem sabemos qual é, trata de explorar esse mal-estar.

66. O episódio ilustra também a perda da capacidade de elaboração (e de influência) do PT. Apesar de dispormos de um quadro importante de economistas, não fomos capazes de reuni-los e de fazer com que suas reflexões, e a de tantos outros, pudessem chegar ao Governo.

67. Em uma perspectiva de mais longo prazo, claro está que o PT, ao não analisar mais detidamente as rápidas mudanças pelas quais passou a sociedade brasileira nestes 12 últimos anos, não foi capaz de entender plenamente as consequências sociais (e políticas) das transformações que ele mesmo desencadeou.

68. Não temos, nem mesmo, um conceito preciso para caracterizar os milhões de emergentes que as reformas Lula/Dilma fizeram aparecer na sociedade brasileira. Não se trata aqui de preocupação marcada por preciosismo intelectual. O Partido não é uma escola de sociologia. Mas é evidente que temos uma necessidade política de compreender a exata natureza das mudanças sociais em curso e, junto com elas, captar as demandas dos novos atores da cena brasileira. Elas são hoje, seguramente, distintas daquelas de 2003, quando esse processo de mudança apenas iniciava.

69. Naquele momento fomos capazes de suscitar a esperança que todo o projeto real de transformação deve provocar. Hoje, com frequência, os personagens que emergiram a

partir daquele momento, nos surpreendem com algumas de suas demandas e, sobretudo, com sua leitura sobre as transformações ocorridas desde então.

70. Como não fomos capazes de construir uma narrativa mais abrangente de nossa exitosa experiência de Governo nestes 12 anos, ficamos perplexos quando segmentos sociais, beneficiados por nossas políticas sociais, não se identificam com nosso projeto de transformação e, por vezes, se distanciam (quando não se opõem) a ele.

71. Não se pode qualificar como “ingrata” a atitude de muitos dos brasileiros que participaram e participam deste grande processo de mobilidade social, quando parecem desconhecer ou subestimar o papel que tiveram as políticas governamentais na mudança de vida pelas quais estão passando.

72. O Governo apenas garantiu-lhes **direitos**.

73. É a direita que chama esses direitos de “favores” ou “esmolas”. É ela que qualificou nossas políticas sociais como “populistas” ou “paternalistas”.

74. É preciso entender o que mudou no Brasil. Mas também o que pode e deve continuar mudando. Entender que entraves impedem a continuidade da mudança. Quais as responsabilidades do Partido e do Governo para evitar o retrocesso.

75. Isso se faz com conhecimento e com uma mobilização que **crie esperança**.

76. Contra a sedução do conservadorismo, que só pode oferecer um passado obscuro como horizonte, temos de apontar alternativas e construir os caminhos que nos conduzirão ao futuro. Sem arrogância, pois essa construção é um experimento coletivo, social. A todos beneficiados pela Grande Transformação pela qual passou a sociedade brasileira, temos apenas de dizer: “Nunca Menos, companheiros!”

77. A continuidade e aprofundamento das mudanças só virá com a mobilização de milhões. Essa mobilização exige clareza sobre o que queremos e determinação para alcançar nossos objetivos. É preciso fazer ouvidos surdos ao canto conservador das sereias, que evoca um passado enganoso, pois desconhecido pelas novas gerações.

78. Desde 2012 vem sendo observado, inclusive em nosso partido, a existência de um **mal-estar na sociedade brasileira**. Ele perpassa períodos em que a economia vai bem, mas se transforma em sentimento de ceticismo profundo em períodos em que a economia entra em crise. Nesses momentos de fragilidade, insinua-se uma oposição em relação a tudo. Primeiro vem a rejeição aos políticos e, mais tarde, à política. Abre-se aí o espaço para a chegada dos “homens providenciais”, dos aventureiros que bem conhecemos, aqueles que prometem primaveras, mas acabam nos legando tenebrosos invernos.
79. O Quinto Congresso pode e deve debruçar-se sobre problemas de longo, médio e curto prazos.
80. Mas a gravidade do momento atual exige que nos concentremos nas questões imediatas.
81. As oposições, valendo-se de sua capacidade atual de mobilização, e da situação de defensiva em que se encontram Partido e Governo, podem estar divididas quanto à tática a adotar, mas estão unidas em relação a seus objetivos estratégicos.
82. Uns defendem a derrubada já do Governo petista, por meio do impeachment da Presidenta.
83. Outros optam pelo “sangramento” do Governo, na esperança de chegar às eleições municipais de 2016 ou às presidenciais de 2018 em condições de absoluto favoritismo.
84. Mas uns e outros coincidem em que é chegada a hora de “acabar com a raça do PT”, como já haviam pretendido no passado, não faltando inclusive os que defendem a cassação do registro do Partido pela Justiça Eleitoral.
85. O Quinto Congresso é um espaço de reflexão e de formulação política, mas também um momento de mobilização em defesa do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, de seu Partido e das conquistas dos trabalhadores. O ataque ao PT – que ninguém se engane – é um ataque contra toda a esquerda e contra os trabalhadores em geral.

86. Diante do difícil quadro fiscal atual é importante que as medidas encaminhadas pelo Governo sejam analisadas e votadas pelo Congresso Nacional, cabendo à bancada do Partido dos Trabalhadores e a outros parlamentares progressistas proporem as emendas necessárias, em sintonia com os movimentos sociais. A resolução desta problemática questão tirará da direita um argumento importante em suas tentativas de agravar mais a crise e desestabilizar o Governo.
87. O Governo está pressionado pela necessidade de uma solução de curto prazo para seus problemas fiscais. Os meios econômicos e financeiros internacionais querem que o “ajuste” seja o ponto de inflexão de nossa política econômica em direção ao conservadorismo. O que está em jogo é fazer um movimento que restabeleça o equilíbrio das contas públicas e permita novas condições para uma nova e forte retomada do processo de desenvolvimento. Esse movimento não se pode fazer confrontando os trabalhadores.
88. É dessa credibilidade que necessitamos para dar continuidade e profundidade à trajetória iniciada com Lula em 2013.
89. Face à disposição manifesta pela Presidenta Dilma de preservar as conquistas dos trabalhadores nos últimos 12 anos, é necessário que as medidas fiscais sejam complementadas por propostas governamentais que apontem – como já declarou o Ministro do Planejamento – para uma retomada do crescimento ainda este ano.
90. Não se pode fazer da necessidade de sanear a situação fiscal a ocasião para a apologia de uma política econômica conservadora, cujas consequências bem conhecemos.
91. O Quinto Congresso deve ser a ocasião para que o PT formule um conjunto restrito de propostas econômicas, sociais e políticas para os próximos quatro anos, que possam reverter a crise atual e a situação de defensiva em que se encontra:
- a) Uma reforma tributária que comece a reverter o sistema regressivo de impostos hoje imperante;
 - b) Direcionamento do investimento e do crédito para fortalecer a indústria, a inovação e o emprego;
 - c) Aprofundamento do processo de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar;

- d) Intensificação dos investimentos nas grandes e médias cidades do país, a fim de melhorar substantivamente as condições de habitação, saneamento e mobilidade de dezenas de milhões de brasileiros;
- e) Continuidade e fortalecimento das mudanças em curso no sistema único de saúde;
- f) Uma reforma educacional que corresponda aos objetivos de transformar o Brasil em verdadeira Pátria Educadora;
- g) Reforma Política que dê aos partidos e à representação popular a legitimidade de que hoje ela carece pelas muitas distorções que afetam nossas instituições, como o financiamento empresarial. Ainda que a reforma política deva passar pelo Legislativo, é nas ruas que serão discutidas as principais propostas de aprofundamento da democracia em nosso país.
- h) Levar o combate à corrupção a todos os partidos, a todos os estados e a todos os municípios da Federação, assim como aos setores privados da economia.
- i) Democratizar a comunicação, o que não se confunde com o estabelecimento de qualquer mecanismo de cerceamento da opinião, intolerável em uma sociedade democrática.

92. Essas e outras medidas que forem surgindo e amadurecendo no Quinto Congresso exigem a mobilização e a articulação de vários atores sociais e políticos:

- ✓ **O Governo** tem de conduzir sua ação em estreita sintonia com aqueles que o elegeram. A principal base de sustentação da Presidenta Dilma são os mais de 54 milhões que a reconduziram à chefia da Nação em outubro de 2014.
- ✓ **O Partido dos Trabalhadores** tem de reinventar-se, voltar às ruas, mobilizar sua militância, não a partir de apelos vagos, mas demonstrando sua disposição de mudança, sua capacidade de formular propostas para vencer a crise atual e dar continuidade e profundidade à Grande Transformação do país.
- ✓ **Os movimentos sociais organizados**, que foram vitais para a eleição de Dilma Rousseff, são fundamentais por sua capacidade de formular propostas e de mobilizar grandes contingentes em torno delas.
- ✓ **As esquerdas**, mantendo suas distintas identidades e respeitadas, inclusive, suas críticas em relação ao Governo e ao PT, são convocadas para a formação de uma frente que impeça o avanço da direita, contribua para um programa emergencial para sair da crise. É fundamental estabelecer condições para avançar nos próximos meses e anos.

Nesse âmbito estão incluídos partidos e facções de partidos, movimentos, intelectuais e personalidades de tradição combativa.

- ✓ **Os democratas**, que se opõem às saídas golpistas e autoritárias, a quem repugna a propaganda de direita e de extrema direita, que tem aparecido nas manifestações oposicionistas.
- ✓ Um fator de enorme convergência de todos esses atores é, sem dúvida, a figura do Presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva, a maior liderança popular das últimas décadas da história brasileira.

93. Os partidos não são eternos.

94. Sua relevância corresponde à capacidade que demonstrem em situações concretas de compreender os grandes problemas de seu tempo e de agir em função dessa compreensão.

95. O PT nunca almejou a condição de partido único, portador de uma verdade que lhe autorizasse “dirigir” a sociedade. Partido – como diz o nome – é **parte** e não a totalidade da sociedade.

96. Tendo renunciado a uma referência doutrinária clássica em sua fundação, distinto do que fizeram outros partidos revolucionários ou reformistas, o PT sempre guardou um perfil movimentista, próprio àquelas organizações que se podem caracterizar como de esquerda social.

97. Mas estamos sofrendo, há algum tempo, um processo de envelhecimento que não nos trouxe a maturidade suficiente. Apenas perdemos o frescor da juventude.

98. Nem sempre apoiamos nossos Governos, quando era necessário.

99. Nem sempre soubemos fazer-lhes uma crítica, absolutamente necessária em determinadas circunstâncias.

100. Nos parlamentos, onde tivemos brilhante presença, muitos acabaram por acomodarse em demasiado à rotina dessas instituições, e nos aproximamos perigosamente do

que alguns qualificam de “cretinismo parlamentar”. Por vezes, fomos sugados por práticas estranhas a nossos valores.

101. As experiências de Governo nos deram realismo e foram oportunidades importantes de pôr em prática o que pregamos como oposição. Mostramos que se podia governar de outra maneira. Mas, com frequência, nos afastamos de nossas bases e tombamos no burocratismo.
102. O pragmatismo e a acomodação demasiada à vida institucional nos fez prisioneiros do presente. Arquivamos nossa utopia. Deixamos de pensar o Brasil de amanhã e, com isso, nos afastamos dos muitos intelectuais que estiveram presentes em boa parte de nossa existência. Quem deixa de pensar o futuro, se afasta da juventude.
103. A vida interna do PT empobreceu. As tendências, que expressavam nossa democracia interna e a diversidade de sensibilidades políticas e ideológicas que possuímos, se burocratizaram, junto à burocratização do partido.
104. Os interesses pessoais, de mandatos ou de grupos, muitas vezes, predominaram sobre as ideias.
105. Os processos eleitorais internos são frequentemente atravessados por enormes distorções políticas e éticas.
106. Mesmo as ações afirmativas, que corajosamente adotamos, não favoreceram uma maior abertura para a discussão consistente de novos temas políticos e, sobretudo, para novas participações sociais.
107. Finalmente, com mais de um milhão de filiados, o PT poderia ter finanças bem mais sólidas, dispensando contribuições privadas, mesmo que legais, e garantindo um sistema de comunicação massivo e de qualidade, sobretudo para fazer frente, ainda que em parte, ao brutal aparato da imprensa convencional.
108. Todos esses fatores têm reflexos no enfraquecimento do grupo dirigente, que necessita ser mais representativo da sociedade brasileira e, por isso, fortalecido. Têm

reflexos, igualmente, no desempenho eleitoral recente do partido. Se é verdade que tivemos grande vitória na eleição presidencial e importantes resultados em Minas Gerais, Ceará, Bahia, Piauí e Acre, não é menos certo que amargamos perdas em nossas bancadas federal e estaduais e graves revezes em São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

109. Longe de mergulhar-nos no pessimismo, os muitos problemas antes alinhados devem estimular uma profunda reflexão sobre a necessidade urgente de uma grande virada em nossa vida partidária. Não se trata de uma percepção exageradamente otimista e inconsequente, mas a constatação de que possuímos enormes recursos sociais, intelectuais e morais que nos permitem, aos 35 anos, dar um novo curso ao Partido dos Trabalhadores.

110. Essa é nossa tarefa, pois precisamos mudar o PT, para continuar mudando o Brasil.

111. Em um período histórico marcado por incertezas, graves crises econômicas e sociais, ameaças de crescente degradação ambiental, surtos irracionais de violência, a democrática experiência petista de Governo surgiu como um referente importante.

112. Junto com os povos da América Latina e da África demos os primeiros passos para construir uma alternativa ao neoliberalismo, inclusive nos países desenvolvidos, atacados pela voracidade do capital financeiro. Mostramos que um outro mundo é possível.

113. São muitos, no mundo, os que têm os olhos postos no Brasil.

114. Essa caminhada não será interrompida.

115. É só querer e, amanhã, assim será!

Março de 2015.

Chapa O Partido que Muda o Brasil